



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta terça-feira

O destaque das notícias desta terça-feira (28/12) é que, nos últimos oito anos, o Brasil investiu R\$ 1,2 bilhão em programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário. Mesmo assim, o número de pessoas encarceradas aumentou. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, entre 1995 e 2005, a população carcerária saltou de pouco mais de 148 mil presos para 361.402, o que representou crescimento de 143,91% em uma década, noticia o jornal **Folha de S.Paulo**.

Indústria de recursos

Uma mudança radical no sistema de recursos judiciais está na cabeça do presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso. Uma proposta que, se levada adiante e der certo, visa diminuir radicalmente a impunidade, acabar com a proliferação de recursos para os tribunais superiores e encurtar drasticamente o andamento dos processos. De acordo com o jornal **O Estado de S. Paulo**, Peluso já adiantou ao ministro da Justiça do governo Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo, que vai trabalhar para mudar a Constituição e estabelecer que todos os processos terminariam depois de julgados pelos tribunais de Justiça ou pelos tribunais regionais federais.

Prova da OAB

De acordo com os jornais **O Estado de S. Paulo**, **Valor Econômico**, **Correio Braziliense** e **Folha de S.Paulo**, o Supremo Tribunal Federal vai julgar o pedido de suspensão da liminar que considerou o Exame da Ordem inconstitucional e garantiu a inscrição de dois bacharéis na Ordem dos Advogados do Brasil sem aprovação na avaliação. O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Ari Pargendler, determinou que o Supremo julgue o caso por considerar que o fundamento da discussão é constitucional e por já haver um Recurso Extraordinário sobre o caso no STF. *Leia mais [aqui](#) na **ConJur**.*

Caso Air France

A companhia aérea Air France foi condenada a pagar R\$ 1,2 milhão de indenização por dano moral à família de quatro vítimas do acidente com o voo 447, que ia do Rio para Paris e caiu no oceano Atlântico, causando a morte de 228 pessoas em 2009. A decisão do juiz Alberto Republicano de Macedo, da 1ª Vara Cível do Fórum de Niterói (RJ), foi divulgada na segunda-feira. A notícia é dos jornais **Folha de S.Paulo**, **O Estado de S. Paulo** e **Correio Braziliense**. *Leia mais [aqui](#) na **ConJur**.*

Quebra de sigilo

Investigados sob suspeita de ter recebido propina da Alstom em troca de contratos públicos do governo de São Paulo, 11 pessoas e uma empresa não conseguiram provar a origem do seu patrimônio, segundo decisão da juíza Maria Gabriella Pavlópolous Spaolonzi. Para comprovar se os bens têm origem lícita ou não, ela determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal desses investigados desde 1997. A medida atinge Robson Marinho, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e chefe da Casa Civil do governador Mário Covas entre 1995 e 1997, e Jorge Fagali Neto, irmão do presidente do Metrô. As



informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Novas eleições

Os jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S.Paulo** contam que o PMDB do Pará entrou com um pedido no Tribunal Superior Eleitoral para anular a eleição ao Senado no Estado. O partido quer nova eleição para a escolha dos senadores, porque os dois mais votados, Jader Barbalho (PMDB) e Paulo Rocha (PT), tiveram o registro de candidatura negado pela Lei da Ficha Limpa. O PMDB argumenta que Barbalho e Rocha tiveram 56,83% dos votos válidos. Pela legislação eleitoral, esse percentual autoriza a realização de nova eleição, diz o partido.

Caso Mércia

A desembargadora Angélica de Almeida, do Tribunal de Justiça de São Paulo, negou liminar em Habeas Corpus em favor de Mizael Bispo de Souza e Evandro Bezerra da Silva, acusados pelo assassinato da advogada Mércia Nakashima, em junho. A defesa dos dois acusados, que alegam inocência, haviam entrado no dia 16 com recursos no TJ-SP pedindo que os réus respondam em liberdade ao processo. Em sua decisão, a magistrada afirmou a existência de eventos envolvendo familiares da vítima e ameaças formuladas a testemunhas por terceira pessoa, contam os jornais **O Globo**, **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S. Paulo**. *Leia mais [aqui](#) na **ConJur**.*

Ficha limpa municipal

A Câmara Municipal de João Pessoa aprovou uma lei que exige ficha limpa para a nomeação e exercício dos cargos de secretário e de secretário-adjunto na administração municipal e de direção no Legislativo e no Executivo da capital paraibana. Segundo o jornal **Folha de S.Paulo**, de acordo com a lei, fica vedada a nomeação de pessoas que tenham sido condenadas por órgão judicial colegiado, pelo prazo de cinco anos, contados a partir da decisão.

Associação ao tráfico

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Ari Pargendler, relaxou a prisão dos cinco funkeiros presos durante uma operação policial no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. A prisão temporária de 30 dias foi decretada pelo Judiciário fluminense, sob o argumento de haver fortes indícios de que os músicos estariam envolvidos no crime de associação para o tráfico de drogas. Frank Batista Ramos, Max Muller da Paixão Pessanha, Wallace Ferreira Mota e Fabiano Batista Ramos foram presos no dia 15 de dezembro. A notícia é dos jornais **O Estado de S. Paulo**, **O Globo** e **Folha de S.Paulo**. *Leia mais [aqui](#) na **ConJur**.*

Colunas

Segredo de Justiça

Editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** trata do emprego de iniciais pelo Supremo Tribunal Federal em processos nos quais a parte possui foro privilegiado. “O que está por trás da maioria dos processos abertos contra autoridades é o interesse público. Ocultar a identidade dos acusados, sob a justificativa de



que é necessário preservar sua honra e intimidade, é negar a transparência que deve prevalecer nas relações entre governantes e governados. Em casos assim, vale lembrar Louis Brandeis, um os mais importantes ministros que passaram pela Suprema Corte dos Estados Unidos: "A luz do sol é o melhor desinfetante.""

Multa cominatória

Artigo do advogado Gustavo de Medeiros Melo, publicado no jornal **Valor Econômico**, fala sobre a multa cominatória, que “ainda não foi compreendida de acordo com o modelo constitucional do processo civil. A orientação do STJ haverá de lançar um feixe de luz na evolução hermenêutica desse importante instrumento, na esperança de que o aparelho judiciário se torne mais respeitado e cumpridor da promessa constitucional de acesso adequado à Justiça.”

Pingos nos ‘is’

Renata Lo Prete, da **Folha de S. Paulo**, diz que a demora de Lula em colocar ponto final no caso de Cesare Battisti se dá porque o governo adota zelo redobrado na redação do parecer que deve garantir refúgio político ao terrorista no Brasil. Tudo para evitar constrangimentos com o governo italiano.

Autores: Redação Conjur